

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.577.709 - SP (2019/0264413-5)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : **ELZA SILVA PEREIRA**
ADVOGADO : **SAULO BONAT DE MELLO - PR024636**
AGRAVADO : **LOCALFRIO S/A ARMAZÉNS GERAIS FRIGORÍFICOS**
ADVOGADOS : **THIAGO TESTINI DE MELLO MILLER - SP154860**
 ALINE BAYER DA SILVA - SP330606

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado por ELZA SILVA PEREIRA contra decisão que não admitiu recurso especial, este interposto com fundamento no art. 105, III, *a* e *c* da CF, desafiando acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 708):

"APELAÇÃO CÍVEL Indenização por danos morais Incêndio de grandes proporções em terminal portuário Ação julgada improcedente Preliminares de nulidade da sentença rejeitadas No mérito, não houve demonstração efetiva de que a apelante foi atingida pelas consequências danosas do acidente Precedentes jurisprudenciais Sentença mantida Recurso desprovido, com majoração dos honorários advocatícios, nos termos do art. 85, § 11 do Código de Processo Civil."

Opostos embargos declaratórios, foram rejeitados às fls. 944-947.

Nas razões do recurso especial, a parte agravante aponta violação aos arts. 319, 355, 356, 361, 369, 370, 374 do CPC/15; 4º, VII, e § 1º, e 14 da Lei 6.938/81, além do art. 927 do CC, bem como a configuração de dissídio jurisprudencial. Para tanto, sustenta, em síntese, que: (i) o julgado incorreu em cerceamento de defesa ao permitir o julgamento antecipado da lide sem que houvesse a produção das provas pleiteadas; e (ii) nos casos de dano ambiental a reparação deve ser integral, o que enseja a condenação ao pagamento de indenização por danos morais.

É o relatório. Decido.

Na hipótese em exame, aplica-se o Enunciado 3 do Plenário do STJ: *"Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC"*.

Com efeito, ao apontar violação aos arts. 319, 355, 356, 361, 369 e 370 do CPC/2015, o recorrente sustenta ter havido cerceamento do direito de defesa em razão do julgamento antecipado da lide sem a devida produção de provas.

O Tribunal de origem, com arrimo no acervo fático-probatório, consignou que não houve nulidade com o julgamento antecipado da lide, haja vista que o autor, ora recorrente, sequer declinou que prova pretendia produzir, de modo que a dilação probatório somente se prestaria a retardar a solução da lide.

Nesse contexto, consoante o entendimento desta Corte, não configura cerceamento de defesa o julgamento antecipado da lide quando o juiz da causa entender adequadamente instruído o feito, declarando a prescindibilidade de dilação probatória, por se tratar de matéria eminentemente de direito ou de fato já provado documentalmente.

No caso, a verificação da necessidade da produção de prova, faculdade adstrita ao magistrado, demandaria o revolvimento de matéria fática, inviável em recurso especial (Súmula 7/STJ).

Em relação aos arts. 374 do CPC/2015, 927 do CC, além dos arts. 4º, VII, § 1º, e 14 da Lei 6.938/81, o recorrente defende que faz jus à indenização por danos morais, uma vez que restou comprovado o dano ambiental, que deve ser reparado integralmente. Por sua vez, o TJ-SP, com arrimo no acervo fático-probatório, assim dirimiu a controvérsia (fls. 709-711):

"Isto porque, mesmo que se entenda pela responsabilidade objetiva na espécie, a suposta vítima tem de provar o dano sofrido que, em conjunto com a caracterização do ato ilícito e a comprovação do nexo causal, é um dos elementos constitutivos do dever de indenizar.

Ocorre, todavia, que a demonstração de dano à saúde da recorrente dependia de elementos mínimos de sua ocorrência, tais como relatórios médicos, exames etc., que indicassem a necessidade de socorro médico por ocasião do incêndio. Contudo, nada disso foi apresentado.

Destaca-se, ademais, que sequer há evidências de que a apelante estivesse na região afetada no momento do acidente.

Assim, nada obstante o indiscutível dano ambiental provocado pelo incêndio ocorrido no terminal alfandegário, não se identifica que o evento tenha ocasionado algum prejuízo direto à pessoa da recorrente.

(...)

Dessa forma, ausentes os pressupostos legais necessários ao acolhimento do pleito indenizatório, a improcedência da demanda era mesmo a medida que se impunha. (grifou-se)

Da leitura do excerto ora transcrito, verifica-se que o Tribunal de origem afastou o dano moral, sob o argumento de que inexistia demonstração de que o fato atingiu negativamente a vida do recorrente (nexo causal) a ponto de lhe causar transtornos passíveis de indenização.

Dessa forma, a pretensão de alterar tal entendimento, sob alegada ofensa aos dispositivos mencionados, ensejaria o revolvimento do suporte fático-probatório, o que é inviável em sede de recurso especial, conforme dispõe a Súmula n. 7/STJ. Nesse sentido, confirmam-se os seguintes precedentes:

"AGRAVO INTERNO EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS DECORRENTE DE INCÊNDIO. CONTAMINAÇÃO ATMOSFÉRICA. FUMAÇA. UTILIZAÇÃO DA FÓRMULA "E SEGUINTE". SÚMULA 284/STF. JULGAMENTO ANTECIPADO. CERCEAMENTO DE DEFESA. INEXISTÊNCIA. DESÍDIA DA PARTE EM DISCRIMINAR AS PROVAS. DANO AMBIENTAL. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. TEORIA DO RISCO INTEGRAL. NEXO DE CAUSALIDADE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO. SÚMULA 7/STJ. PREQUESTIONAMENTO NÃO CARACTERIZADO. SÚMULA 211/STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. O uso da fórmula aberta "e seguintes" para a indicação dos artigos tidos por violados revela fundamentação deficiente, o que faz incidir a Súmula n. 284/STF. Isso porque o especial é recurso de fundamentação vinculada, não lhe sendo aplicável o brocardo iura novit curia e, portanto, ao relator, por esforço hermenêutico, não cabe extrair da argumentação qual dispositivo teria sido supostamente contrariado a fim de suprir deficiência da fundamentação recursal, cuja responsabilidade é inteiramente do recorrente.

2. Inexiste qualquer vulneração aos arts. 319, 355, 356, 361, 369 e 370 do CPC ou mesmo cerceamento de defesa pelo julgamento antecipado da lide, quando instada a especificar provas, a parte agravante fica inerte, nada requerendo.

3. A responsabilidade civil decorrente de dano ambiental é objetiva e fundamenta-se na teoria do risco integral. Todavia,

para a caracterização do dano moral, imperioso que seja demonstrado o nexo de causalidade entre a conduta tida por violadora dos direitos de personalidade e o suposto dano experimentado, o que não se verifica no caso sob análise, conforme registrado pela Corte de origem.

4. Alterar a conclusão do acórdão impugnado, no que se refere ao cerceamento de defesa e à falta de nexo de causalidade entre a conduta da agravada e a configuração do dano moral na espécie, exige o reexame de fatos e provas, o que é vedado em recurso especial pela Súmula 7 do STJ.

5. A simples menção de dispositivos de lei pela Corte de origem, no relatório, sem posterior enfrentamento da matéria na fundamentação ou dispositivo não é suficiente para prequestionar o tema, incidindo a Súmula 211/STJ. 6. Para que se configure o prequestionamento a respeito de matéria ventilada em recurso especial, há que se extrair do acórdão recorrido pronunciamento sobre as teses jurídicas em torno dos dispositivos legais tidos por violados, a fim de que se possa, na instância especial, abrir discussão sobre a questão de direito, definindo-se, por conseguinte, a correta interpretação da legislação federal.

7. Agravo interno não provido."

(AgInt no AREsp 1411032/SP, Rel. **Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO**, QUARTA TURMA, julgado em 24/09/2019, DJe 30/09/2019 - grifou-se)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO CONDENATÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA RECURSAL DOS DEMANDANTES.

1. O Tribunal de origem, com base nos elementos fático-probatórios constantes dos autos, concluiu pela inexistência de nexo causal entre a conduta dos demandados e o suposto dano moral sofrido pelos recorridos. Alterar tal conclusão demandaria o reexame de fatos e provas, inviável em recurso especial, a teor do disposto na Súmula 7 do STJ.

2. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1467958/SP, Rel. **Ministro MARCO BUZZI**, QUARTA TURMA, julgado em 30/09/2019, DJe 07/10/2019 - grifou-se)

Por fim, tem-se que o entendimento atual desta Corte é no sentido de que a incidência da Súmula 7 do STJ é óbice também para análise do dissídio jurisprudencial, o que impede o conhecimento do recurso pela alínea "c" do permissivo constitucional.

A propósito, vide o seguinte precedente:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INDENIZATÓRIA. ACIDENTE DE TRÂNSITO. DANOS MATERIAIS. RESPONSABILIDADE. ALTERAÇÃO. NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO DESPROVIDO.

(...)

3. É impossível conhecer da alegada divergência interpretativa, pois a incidência da Súmula 7 do STJ na questão controversa apresentada é, por consequência, óbice também para a análise do apontado dissídio, o que impede o conhecimento do recurso pela alínea c do permissivo constitucional.

4. Agravo interno a que se nega provimento."

(AgInt no AREsp 1237811/MG, Rel. **Ministro LÁZARO GUIMARÃES** (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 07/08/2018, DJe 14/08/2018 - grifou-se)

Com essas considerações, conclui-se que o apelo não merece prosperar.

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, a, do RISTJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 11 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator